

política

LDO para 2027 prevê déficit orçamentário de R\$ 4 bilhões

Matéria segue para tramitação na Assembleia Legislativa

/ CONTAS PÚBLICAS

Bolívar Cavalari
bolivarc@jcrs.com.br

O governador gaúcho Eduardo Leite (PSD) apresentou nesta segunda-feira o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2027, com previsão de déficit orçamentário de R\$ 4 bilhões no Estado. A matéria segue para tramitação na Assembleia Legislativa.

Apesar do déficit previsto, os projetos dos últimos anos também traçavam estimativas neste sentido, mas ao fim de cada exercício o governo registrava superávit orçamentário, algo que ocorre há cinco anos no Estado.

A secretária estadual da Fazenda, Pricilla Santana, explicou que esta diferença entre as expectativas firmadas nos PLDOs e os resultados orçamentários efetivos de cada ano se dá pela forma que o governo apresenta a perspectivas no Projeto de Lei. O Executivo considera, na proposta orçamentária, os cenários mais negativos possíveis, tanto na execução de despesas, quanto na captação de receitas.

Os números dos PLDOs preveem, por exemplo, perda arrecadatória em razão de possíveis estímulos, bem como a execução de todos os recursos previstos para cada uma das secretarias, algo que, conforme Pricilla, tem frus-

tação média de cerca de 30% do total previsto em um orçamento anual. Ou seja, as pastas não gastam o total previsto no orçamento de determinado ano, com ainda algumas das despesas diluídas em mais de um exercício.

Assim, o déficit de R\$ 4 bilhões previsto no PLDO considera receitas de R\$ 95,3 bilhões e despesas de R\$ 99,3 bilhões.

Mesmo se confirmada a previsão deficitária, o governador afirmou que há recursos em caixa para cobrir todas as despesas, e que as contas no vermelho não significam atraso nos salários dos servidores.

“É importante esclarecer que déficit primário não significa atraso de salários ou incapacidade de pagamento. O Estado tem caixa para cobrir essas despesas. O que estamos apresentando é uma projeção transparente dos desafios fiscais que teremos pela frente. Na prática, nada desse déficit terá reflexo para a população”, disse Eduardo Leite.

Já o resultado primário, que desconsidera as receitas e os encargos financeiros, é deficitário em R\$ 4,85 bilhões, com receitas primárias de R\$ 67 bilhões e despesas primárias de R\$ 71,9 bilhões.

Entre as despesas, um dos destaques é o Funrigs, o fundo criado para a reconstrução do Estado após as cheias históricas de 2024. Os recursos do Funrigs são

oriundos de parcelas da dívida do Estado com a União - atualmente superior a R\$ 100 bilhões -, que deveriam ser destinadas ao ente federal, mas em razão de uma medida tomada após a calamidade são repassadas para este fundo.

Estes repasses estão previstos para até maio de 2027, quando o passivo gaúcho com a União deixa de estar suspenso e o governo terá de retomar o pagamento de parcelas da dívida sob as exigências do novo programa de renegociação das dívidas estaduais, o Propag. Neste sentido, o governo estima destinar R\$ 1,971 bilhão ao Funrigs em 2027.

Durante a apresentação do PLDO, o governador Eduardo Leite, que está no seu último ano de mandato, reservou boa parte do tempo para apontar as medidas fiscais adotadas durante os seus dois governos (2019-2026). O chefe do Executivo destacou as reformas administrativa e previdenciária promovidas pelo Piratini, e, na avaliação de Leite, o Estado saiu de uma situação de “caos financeiro” para um “equilíbrio fiscal frágil”, revelando que ainda há preocupações com as contas.

Além disso, Leite colocou o governo à disposição de todos os pré-candidatos ao governo do Estado que tenham interesse em tomar maior conhecimento sobre os dados do Executivo nestes últimos anos.

Juízes querem flexibilizar decisão do STF que limitou penduricalhos

/ JUSTIÇA

A Associação dos Juizes Federais (Ajufe) apresentou nesta segunda-feira um recurso contra a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que limitou o pagamento de penduricalhos a juizes, membros do Ministério Público e outras carreiras.

Penduricalhos são benefícios concedidos a servidores públicos e que, somados ao salário, não cumprem o teto remuneratório constitucional de R\$ 46,3 mil.

No recurso, a entidade pede que o valor do teto seja reajustado e defende a flexibilização de benefícios que foram cortados pelo Supremo, como auxílio-alimentação e auxílio de proteção à primeira infância e à maternidade.

“Remanesce, portanto, a necessidade de encaminhamento, por parte do Supremo Tribunal

Federal, competente constitucionalmente para tanto, de projeto de lei estabelecendo reajuste no valor dos subsídios da magistratura”, defende a entidade.

A Ajufe também defende que o limitador de 35% não tenha incidência sobre diárias, ajuda de custo, indenização de férias não gozadas, auxílio-moradia e auxílio-saúde.

No dia 25 de março, por unanimidade, os ministros do Supremo decidiram que as indenizações adicionais, gratificações e auxílios deverão ser limitados a 35% do valor do salário dos integrantes da Corte, que tem o teto como referência e é equivalente a R\$ 46,3 mil.

Dessa forma, juizes, promotores e procuradores poderão ganhar R\$ 62,5 mil mensais, somando o teto e R\$ 16,2 mil em penduricalhos.

Relatório sobre novo piso dos professores será apresentado hoje

/ CONGRESSO NACIONAL

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 1334/26 realiza, nesta terça-feira, reunião para apresentação do relatório final sobre o reajuste do piso salarial dos professores da educação básica. A reunião será realizada às 14 horas, no plenário 13 da ala Alexandre Costa, no Senado.

A MP reajusta o piso salarial nacional dos professores da educação básica em 5,4%. Com isso, o valor passa de R\$ 4.867,77 para R\$ 5.130,63, considerando jornada de 40 horas semanais.

A legislação prevê atualização anual do piso com base na inflação medida pelo Índice Na-

cional de Preços ao Consumidor (INPC) e na variação das receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). A regra também determina que o reajuste não pode ser inferior à inflação.

A discussão e votação da matéria estão previstas para quarta-feira. A medida provisória perde a validade em 1º de junho caso não seja aprovada pelo Congresso Nacional.

A comissão foi instalada em 6 de maio. O colegiado é presidido pelo deputado Idilvan Alencar (PSB-CE), e a relatora é a senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO).

Legislativo da Capital suspendeu atividades nesta segunda-feira

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

As atividades na Câmara Municipal de Porto Alegre foram suspensas nesta segunda-feira devido a uma falha técnica em um transformador do prédio do Legislativo.

Os trabalhos presenciais na sede foram interrompidos, incluindo a Sessão Solene marcada para às 14h e a reunião da CPI dos Fios e Cabos. Os trabalhos do dia podem ser remarcados para

outra data, mas não há definição pela casa.

A previsão dada pelo presidente da Câmara, Moisés Barboza (PSDB), é de que a energia seja restabelecida ainda na tarde de segunda-feira, com previsão da normalização das atividades nesta terça-feira.

Hoje está prevista a realização da 14ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude (Cece), a partir das 14h.

Histórico Orçamentário (R\$ em bilhões)

FONTE: SECRETARIA ESTADUAL DA FAZENDA DO RS

